

Empresa EUROPA

Política Empresarial: notícias e análises

Publicação da Direcção-Geral das Empresa e da Indústria da Comissão Europeia

20

Outubro–Dezembro de 2005

MERCADO ÚNICO

Normas: passos firmes para uma maior competitividade



INDÚSTRIA

Acabar com os ensaios em animais



INOVAÇÃO

Ajudar a Europa a manter-se à frente da corrida



MERCADO GLOBAL

Promover a harmonia regulamentar



PÁGINA 4

Reforçar a indústria transformadora da UE



Comissão Europeia

EDITORIAL Abrir caminho para a Europa progredir	3		PME RSE: Competitivas, pequenas e responsáveis 20	
POLÍTICA INDUSTRIAL Reforçar a indústria transformadora da UE	4			MERCADO GLOBAL Promover a harmonia regulamentar 22
MERCADO ÚNICO Normas: passos firmes para uma maior competitividade	12			
INDÚSTRIA Acabar com os ensaios em animais	14			
INOVAÇÃO Ajudar a Europa a manter-se à frente da corrida	16			
A nova política industrial da Comissão integra iniciativas sectoriais específicas e horizontais numa abordagem coerente destinada a reforçar a indústria transformadora europeia.				

Unidade de Comunicação e Informação
Direcção-Geral da Empresa e da Indústria
Comissão Europeia
B-1049 Bruxelas
Tel. (32-2) 29-66549
Fax (32-2) 29-91926
E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

Informação editorial

Empresa Europa é um boletim gratuito publicado em 11 línguas pela Direcção-Geral da Empresa e da Indústria da Comissão Europeia.

A *Empresa Europa* pretende mostrar como as iniciativas da UE fomentam a competitividade, a inovação, o espírito empresarial e o desenvolvimento sustentável.

europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe

O nosso sítio web oferece versões electrónicas do presente número e dos números anteriores da *Empresa Europa* e *Actualizações de Informação* regulares, bem como a assinatura em linha do boletim e de um serviço de alerta por correio electrónico gratuitos.

Outras informações disponíveis em linha:
europa.eu.int/comm/enterprise

Editor: Hugh Barton-Smith

Uma versão do artigo sobre a inovação foi publicada originalmente na European Business Forum, Caspian Publishing, Londres

As fotografias para esta edição foram fornecidas por Thierry Monasse, Mostra e Comissão Europeia.

Ilustrações de Edouard Aronson e Jean-Michel Delatinne.

Abrir caminho para a Europa progredir



© Thierry Monnaie

Este Outono a Comissão está a dar passos importantes para criar condições mais favoráveis para as empresas europeias – condição prévia para um crescimento sustentável e melhores empregos.

A primeira parte da nossa estratégia Legislar Melhor – a retirada das propostas pendentes que não passaram o nosso crivo – já foi anunciada. Apresentaremos em breve os nossos planos para a segunda fase: a simplificação do quadro legislativo existente.

A terceira parte consiste no incitamento para melhorar a legislação no futuro. A Comissão já decidiu que todas as propostas legislativas devem ser acompanhadas de avaliações pormenorizadas dos custos, especialmente para ter em conta as necessidades das pequenas e médias empresas. Já existem orientações nesse sentido e estamos a aperfeiçoar o processo com a ajuda de peritos externos. Estamos igualmente a colaborar com os nossos parceiros da normalização para fazer com que as normas sejam uma

alternativa eficaz à regulamentação (*ver página 12*). Mas a Comissão sozinha não consegue acabar com a burocracia: é preciso que os Estados-Membros colaborem, para que as empresas europeias deixem de suportar uma carga desnecessária e possam enfrentar melhor os desafios actuais.

A globalização pode ser vista como uma ameaça para a indústria transformadora europeia, mas a nova política industrial procura transformar numa oportunidade o desafio que resulta do aumento da concorrência internacional. Para o crescimento do sector dos serviços é indispensável uma base industrial forte, mas o caminho não passa pela protecção dos mercados nem pela concessão de subsídios. A nossa indústria precisa – e, na verdade, quer – estar aberta à concorrência (*ver página 22*). Para a indústria europeia beneficiar ao máximo das suas vantagens é preciso criar um quadro onde as empresas, grandes ou pequenas, possam funcionar sem limitações.

A política industrial (*ver página 4*) não se destina a orientar os produtores europeus, mas a abrir-lhes caminho para prosperarem e criarem empregos. Examina os desafios específicos com que se deparam os diferentes sectores, mas em vez de intervencionismo fornece medidas para os ajudar a reagirem antecipadamente a tendências problemáticas. Integra novas iniciativas horizontais que abordam as questões intersectoriais, num esforço coerente centrado no futuro

e destinado a assegurar condições para que as nossas empresas se tornem nos próximos anos mais competitivas e mais atractivas para o investimento.

Outro passo fundamental é a nova abordagem comum para a investigação e inovação (*ver página 16*). Esta abordagem fará com que os instrumentos comunitários disponíveis se comportem de modo coerente e estratégico, dando um novo ímpeto aos esforços para reforçar estes dois elementos essenciais para a competitividade futura.

O plano salienta, em especial, como podemos potenciar a energia e o espírito inventivo das PME. Ambos têm um enorme impacto económico e social (*ver página 20*) e o nosso próximo passo, a política das PME, irá debruçar-se sobre a melhor forma de enfrentar as dificuldades que estas têm pela frente.

Vejo estes passos como um avanço significativo para atingir os nossos objectivos de crescimento e de emprego, porque vão todos na mesma direcção: abrir caminho para as empresas europeias, grandes e pequenas, progredirem. ≡

GÜNTER VERHEUGEN
Vice-Presidente da Comissão Europeia
responsável pelas Empresas e a Indústria



Reforçar a indústria transformadora da UE



© Edward Aronson



A indústria transformadora é vital para a economia da UE. A criação de condições adequadas para que possa prosperar constitui um desafio essencial, contínuo e complexo. A Comissão renovou a sua resposta com a publicação de uma comunicação sobre política industrial, baseada numa nova abordagem integrada que tem por objectivo melhorar a coerência entre as diferentes vertentes políticas e aumentar a sua relevância para os diferentes sectores.

A indústria transformadora da UE está a passar por uma revolução, com novas oportunidades e desafios. Estão a surgir tecnologias que permitem a rápida introdução de novos produtos e uma maior flexibilidade dos processos de produção. Simultaneamente, as empresas europeias têm pela frente a crescente globalização da economia mundial, enquanto a União enfrenta uma concorrência internacional mais intensa como destino de investimento na produção e em I&D (ver caixa da página 6).

A maior parte dos sectores da indústria transformadora teve um bom desempenho comparado com sectores homólogos noutras economias industrializadas, mas a situação geral da indústria da UE não a deixa bem posicionada no contexto mundial. Por exemplo, a menor quota de sectores de produção de TIC na indústria transformadora europeia parece ser uma razão importante para um crescimento da produtividade menor do que nos EUA.

Sectores importantes, como as construções mecânicas, produtos químicos e veículos a motor, mantiveram uma vantagem competitiva e registam excedentes comerciais com o resto do mundo. Mas o comércio global da UE ainda está

Indústria transformadora da UE

- Assegura cerca de um quinto da produção total
- Emprega cerca de 34 milhões de pessoas
- PME asseguram 58% do emprego na indústria transformadora
- Responsável por 75% das exportações
- Despesa em I&D representa mais de 80% do sector privado
- Muito ligada aos serviços: as aquisições de serviços da indústria transformadora representam cerca de dois terços do seu valor acrescentado.

concentrado em sectores de tecnologias médias-altas e com qualificações laborais baixas a intermédias, o que expõe a União a uma concorrência crescente dos produtores das economias emergentes, que estão a aumentar a intensidade das competências das suas exportações.

A comunicação *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Um enquadramento político para reforçar a indústria transformadora da UE – rumo a uma abordagem mais integrada da política industrial* salienta a natureza horizontal da política industrial e rejeita o retorno a um intervencionismo selectivo. Mas tem também em conta as especificidades dos diversos sectores e propõe uma combinação de políticas para que estes se ajustem às oportunidades e desafios que têm pela frente.

A comunicação faz uma análise circunstanciada de 27 sectores industriais para determinar como o seu desempenho é ou pode ser influenciado por instrumentos da política industrial. Foram escolhidos os domínios de seguida enumerados pelo respectivo impacto no aumento da produtividade e na competitividade internacional: mercado único, conhecimento, legislar melhor, energia e ambiente, participação em mercados mundiais e mudanças estruturais.

Os sectores são agrupados em quatro grandes categorias industriais: alimentação e ciências da vida, máquinas e sistemas, moda e design, e produtos de base e intermédios. Cada uma é caracterizada por um conjunto específico de desafios, salientando-se os domínios

onde é preciso dar especial ênfase a acções intersectoriais (ver quadro da página 8).

Diversidade dos desafios

As **indústrias alimentares e das ciências da vida** (por ex., géneros alimentícios e bebidas, medicamentos e biotecnologia) são responsáveis por um quinto do valor acrescentado da indústria transformadora e caracterizam-se por taxas de crescimento médias a altas. Os principais desafios para este grupo têm a ver com o conhecimento e melhor regulamentação. São indústrias altamente inovadoras que dependem em larga medida da I&D, da protecção dos direitos de propriedade intelectual e do financiamento de PME altamente inovadoras.

Estas indústrias estão sujeitas a regulamentações que são actualizadas regularmente para acompanhar o progresso tecnológico e assegurar o respeito das normas de saúde e segurança. A convergência internacional a nível regulamentar é por isso essencial. Os desafios secto-

Alimentação e ciências da vida

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

- sector com forte valor acrescentado
- contribui consideravelmente para o excedente comercial da UE

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- diminuição da despesa em I&D
- falta de investigadores qualificados
- fragmentação dos mercados
- DPI

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL

Em termos de despesa em I&D é cada vez maior a concorrência internacional. As mudanças nos mercados mundiais, juntamente com factores como recursos humanos, qualidade dos sistemas locais de investigação e inovação, e existência de agrupamentos ou pólos de excelência têm um papel cada vez mais importante para a localização das despesas em I&D.

Já se viu que a UE não está a potenciar as suas vantagens como localização de investigação. Os EUA e o Japão atraem mais despesa internacional em I&D e torna-se cada vez mais evidente que países como a China e a Índia se tornam alvos importantes para novos investimentos em I&D. Por exemplo, a UE assegura mais 2 mil milhões de euros em investimentos de I&D nos EUA do que o inverso. Os EUA tiveram mais êxito do que a UE na atracção de investigadores e pessoal altamente qualificado. Estas tendências preocupam, porque levam à perda de investimento e à saída de investigadores da Europa.

Os fluxos de investimento directo estrangeiro da UE para as economias emergentes da Ásia aumentaram nos últimos anos, mas a sua quota nos fluxos totais permanece reduzida. A deslocação de empregos da UE para países de baixos custos também foi limitada na maior parte dos sectores da indústria transformadora, mas é necessária uma melhor gestão das mudanças para evitar consequências dolorosas a nível local ou em determinados sectores, designadamente para os trabalhadores menos qualificados, que são mais afectados pela reestruturação industrial.

riais específicos incluem a necessidade de avançar mais para criar um mercado único dos medicamentos plenamente competitivo. O impacto da legislação ambiental e o acesso a mercados de países terceiros é igualmente importante para as indústrias alimentares e de bebidas, medicamentos e cosméticos.

As **indústrias de máquinas e de sistemas** (por ex., TIC, veículos a motor e construções mecânicas) representam cerca de um terço do valor acrescentado da indústria transformadora da UE e têm taxas de crescimento médias a altas, com níveis elevados de despesa em I&D. Os desafios que enfrentam têm a ver principalmente com a inovação, protecção da propriedade intelectual e acesso a pessoal qualificado. Para muitas delas, o mercado único depende de normas técnicas que têm de ser actualizadas regularmente.

Para algumas indústrias, designadamente as TIC, construções eléctricas e mecânicas e veículos a motor, é ainda essencial um maior acesso aos mercados internacionais. Já o sector dos transportes, em particular, defronta-se com vários desafios ambientais, em especial a necessidade de melhorar continuamente o

Máquinas e sistemas

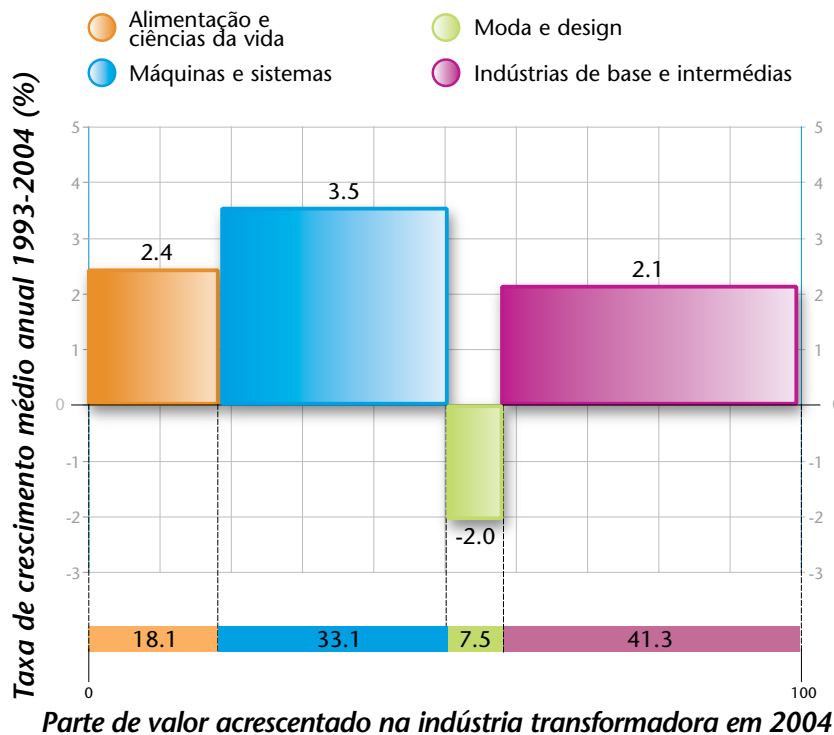
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS A MOTOR

- 7% do valor acrescentado total da indústria transformadora
- >20% da I&D da indústria transformadora
- altamente concentrada – fusões

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- acompanhar inovações de ponta
- poluição relacionada com veículos
- protecção de desenhos e marcas
- aumentar níveis de produtividade
- aproveitar oportunidades nos mercados emergentes

DESEMPENHO POR CATEGORIA



desempenho ambiental dos veículos, aviões e navios.

As **indústrias da moda e do design** (por ex., têxteis e calçado) representam apenas 8% do valor acrescentado da indústria transformadora, mas o crescimento da sua produção foi fraco ou mesmo negativo e a sua despesa em I&D

Moda e design

TÊXTEIS E INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO

- 4% da produção da indústria transformadora da UE
- 2,5 milhões de empregados

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- concorrência dos países com baixos custos laborais
- subir a escada do valor
- protecção de desenhos e marcas
- melhorar acesso a mercados de países terceiros

foi relativamente baixa nos últimos anos. Para estas indústrias o grande desafio reside num ajustamento estrutural bem sucedido. É essencial melhorar a inovação, a protecção dos DPI e as competências para se poder continuar a desenvolver a qualidade e a diversidade dos produtos. Garantir um melhor acesso a mercados mundiais actualmente muito protegidos também é um requisito político fundamental.

As **indústrias de base e intermédias** (por ex., produtos químicos, aço, pasta de papel e papel) representam cerca de 40% do valor acrescentado da indústria transformadora da UE. Sendo fornecedoras de materiais de base para o resto da indústria europeia, podem ser uma fonte importante de inovação para outros sectores. Registaram taxas de crescimento médias a baixas, com excepção das indústrias químicas e da borracha, que tiveram um desempenho muito bom.

Esta categoria consome muita energia, por isso os principais desafios referem-se à energia e ao ambiente. São desafios importantes a legislação REACH para a indústria química e a simplificação legislativa para o sector da construção. O ajustamento estrutural é importante para as indústrias cerâmica, gráfica e siderúrgica.

Pensar em termos horizontais

A identificação de desafios sectoriais justifica o desenvolvimento de políticas horizontais impulsionadoras. Foram anunciadas sete novas iniciativas intersectoriais e outras sete iniciativas sectoriais (ver caixa na página 11).

Por exemplo, as **políticas da competitividade, energia e ambiente** estão fortemente inter-relacionadas. O seu impacto é muito grande, em especial para

Indústrias de base e intermédia

INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

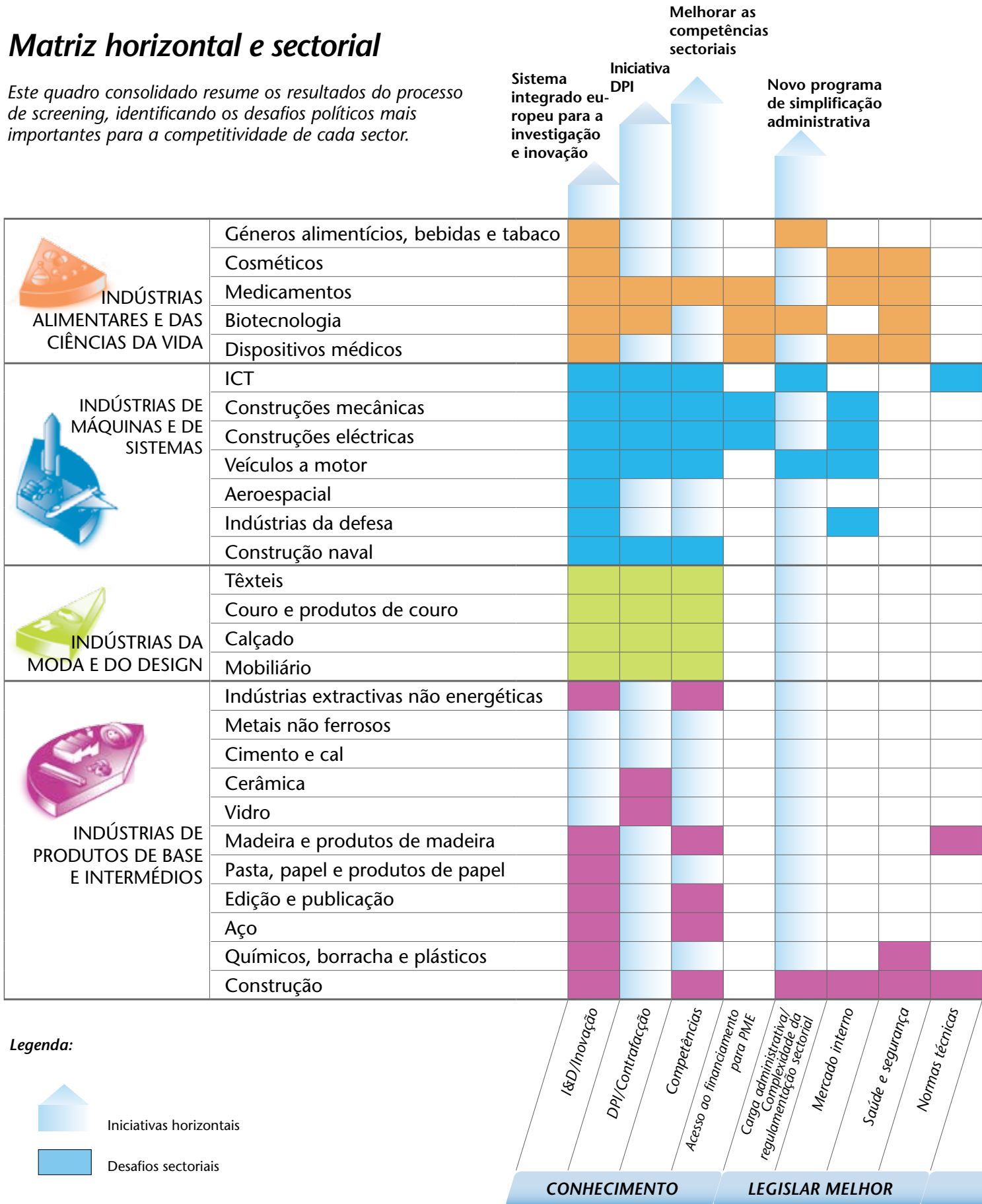
- 1998-2004, rápido crescimento do volume de negócios (44%) e valor acrescentado (40%) e reduzido crescimento da tonelagem produzida (6%)
- forte crescimento dos níveis de produtividade
- importante fornecedor de outras indústrias

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- redução da utilização de energia
- cumprimento da legislação de poluição do ar, incluindo redução de emissões de CO₂
- concentração de fornecedores de minério de ferro e grande procura deste minério pela China
- aumento dos preços da energia
- concorrência elevada de fora da UE e concentração de alguns clientes (sector automóvel).

Matriz horizontal e sectorial

Este quadro consolidado resume os resultados do processo de screening, identificando os desafios políticos mais importantes para a competitividade de cada sector.



Legenda:

- Iniciativas horizontais
- Desafios sectoriais



Grupo de alto nível sobre competitividade, energia e ambiente

Dimensão externa da competitividade e acesso aos mercados

Mudanças estruturais

											Fórum dos medicamentos
											Revisão intercalar da estratégia «Ciências da vida e biotecnologia»
											Taskforce sobre a competitividade das TIC
											Diálogo sobre construções mecânica
											Grupo de alto nível CARS 21
											Programa Espacial Europeu/GMES
											Grupo de alto nível Defesa
											Grupo de alto nível LeaderSHIP 2015
											Grupo de alto nível (2007)

- Alterações climáticas
- Resíduos
- Água
- Air
- Utilização intensiva de energia
- Acesso aos mercados
- Acesso às matérias-primas
- Distorções do comércio/subsídios/dumping
- Questões regulamentares

AMBIENTE E ENERGIA

COMÉRCIO

MUDANÇAS ESTRUTURAIS

ACÇÕES SECTORIAIS

muitas indústrias de produtos de base e intermédios. A Comissão irá criar um grupo de alto nível até ao final de 2005 para apreciar as ligações entre a legislação industrial, energética e ambiental e examinará a coerência de iniciativas nestes domínios políticos para melhorar o seu impacto no desenvolvimento sustentável e na competitividade.

Este grupo, que reunirá os Comissários responsáveis pelas áreas das Empresas e da Indústria, Concorrência, Energia e Ambiente e contará com uma ampla participação das partes interessadas, pretende criar um quadro regulamentar estável e previsível, em que seja possível garantir um equilíbrio entre competitividade, energia e ambiente.

Semelhantes, mas com um âmbito mais vasto, são os objectivos da nova **iniciativa de simplificação legislativa**, que faz parte do processo Legislar Melhor, presente em todos os trabalhos da Comissão. Uma análise sectorial ajudará a definir mais claramente como é que se aplica na prática.

Se para algumas indústrias significa eliminar encargos administrativos

excessivos e assegurar a coerência dos requisitos regulamentares, para outras traduz-se no desenvolvimento ou revisão de normas técnicas para ter em conta o progresso tecnológico. O programa de simplificação exige uma avaliação cuidadosa do impacto de todas as medidas da UE em cada sector industrial e uma apreciação de como as alterações podem conduzir a benefícios concretos para a competitividade e o emprego. Numa primeira fase, será dada atenção aos sectores automóvel e da construção e à legislação em matéria de resíduos.

Um quadro regulamentar mais aperfeiçoado, resultante de uma análise cuidadosa das necessidades sectoriais, cria novas oportunidades. Contudo, para as aproveitar é preciso fazer investimentos no conhecimento e no capital humano das empresas. Uma área a abordar é a **falta de qualificações**. No próximo ano, juntamente com uma análise minuciosa da situação em determinadas indústrias, aparecerá uma nova vertente dos programas existentes que já abordam este problema.

A investigação é outro aspecto do conhecimento que precisa de um aumento da despesa em quase todos os sectores analisados. Esta questão será objecto da nova **abordagem integrada europeia para a investigação e inovação** (ver página 16), apoiada por um grupo de alto nível.

Por outro lado, para beneficiarem plenamente do desenvolvimento das competências e do aumento da despesa em I&D e inovação, as empresas têm de poder contar com medidas eficientes e eficazes para proteger os seus **direitos de propriedade intelectual e impedir a contrafacção**. A Comissão vai lançar um diálogo com a indústria e outros interessados para estudar a criação de um sistema de protecção uniforme e seguro dos titulares de direitos, tanto no mercado único como em países terceiros, e está a rever as medidas contra a contrafacção e a pirataria.

Mas se condições óptimas no mercado interno podem permitir às empresas criar uma base para o sucesso das operações a nível mundial, para beneficiar efectivamente da internacionalização é preciso aumentar o acesso aos mercados mundiais.

Para algumas indústrias, caso das TIC, construções eléctricas e têxteis, continua a ser uma prioridade assegurar a entrada nos mercados de países terceiros, constituindo o acesso às matérias-primas uma grande preocupação para um sector fundamental como a siderurgia. Daí que seja muito importante assegurar uma convergência regulamentar para as indústrias inovadoras que fazem comércio internacional.

Será portanto desenvolvida uma **estratégia de acesso aos mercados** para abordar a problemática das barreiras impostas a determinados sectores e a situação



NOVAS INICIATIVAS SECTORIAIS ESPECÍFICAS



MEDICAMENTOS: um novo fórum composto por ministros, altos representantes da indústria e outros interessados irá concentrar-se na I&D, nas regulamentações nacionais e no desenvolvimento de um mercado único.



CONSTRUÇÕES MECÂNICAS: um diálogo político examinará os pontos fortes e fracos do sector e proporá soluções.



CIÊNCIAS DA VIDA E BIOTECNOLOGIA: cooperação mais estreita com a indústria através do Grupo Consultivo para a Competitividade na Biotecnologia e um diálogo triangular anual com a indústria e os Estados-Membros para ajudar a identificar problemas, propor prioridades e fazer recomendações.



INDÚSTRIA QUÍMICA: será criado um novo grupo de alto nível para apreciar o impacto da Directiva REACH na competitividade do sector químico.



INDÚSTRIA DA DEFESA: será criado um novo grupo de alto nível para apreciar os contratos públicos e a normalização na área da defesa.



ESPAÇO: um programa comum, abrangente e flexível como base para as actividades da Agência Espacial Europeia, da UE e dos Estados-Membros.



TASK FORCE SOBRE A COMPETITIVIDADE DAS TIC: irá analisar como assegurar um ambiente que dê apoio à competitividade de um sector em evolução e facilitar uma maior aceitação das TIC.

trial, com o objectivo de lançar programas melhor concebidos, mais relevantes, integrados e consensuais. Parte de uma análise das políticas horizontais para determinar o seu impacto concreto em sectores industriais específicos, que permite identificar as medidas mais importantes para cada sector.

A abordagem procura ainda assegurar que uma combinação de políticas relevantes para uma determinada indústria contribuirá da forma mais eficaz possível para o aumento da sua competitividade. O novo enquadramento tenta igualmente alcançar um maior consenso sobre políticas, através da inclusão, o mais cedo possível no processo de tomada de decisões, de protagonistas importantes da indústria, dos parceiros sociais, dos Estados-Membros e de outros.

KLARA RUNDOVA, WAWRZYNIEC PERSCHKE

@ CONTACTO:
ENTR-DEVELOPMENT-INDUSTRIAL-POLICY@CEC.EU.INT


em países específicos. A Comissão tenciona lançar um amplo debate sobre a dimensão externa da competitividade da UE. O debate centrar-se-á especialmente nos DPI, no comércio e em questões regulamentares, investimento e contratos públicos.

O aumento da globalização exige que as indústrias se adaptem permanentemente às **mudanças estruturais**. Para algumas, como os têxteis, a siderurgia e a construção naval, é

essencial uma reestruturação para permanecerem competitivas. A Comissão assegurará que as novas operações dos Fundos Estruturais prevejam a antecipação e gestão da reestruturações económicas de modo mais eficaz e irá também explorar formas de melhorar a cooperação entre as regiões afectadas.

Um processo contínuo

A comunicação define uma nova abordagem para a política indus-

 europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/industry/industrial_2005.htm

Normas: passos firmes para uma maior competitividade

A criação de normas comuns para produtos industriais não ocupa os títulos dos jornais. Mas trata-se de um processo que tem um papel fundamental na redução das barreiras ao comércio na Europa. É também um elemento da iniciativa Legislar Melhor e facilita a cooperação transfronteiras em projectos industriais estratégicos. A normalização dá, por isso, um contributo importante para a maior prioridade da União, que é o aumento do crescimento económico e a criação de emprego.



A normalização é um elemento fundamental no avanço tecnológico. Ajuda a desenvolver novas tecnologias, como a televisão digital e as energias renováveis, a implementar novos processos industriais e a disseminar os benefícios da inovação.

Permite a produção em massa e preços mais baixos, e possibilita a realização de projectos grandes e complexos. Exemplo notável é o sistema global de comunicações móveis (GSM), um êxito mundial que serve mais de mil milhões de pessoas em mais de 200 países.

A Comissão, no quadro do relançamento da Agenda de Lisboa sobre o

crescimento económico e o emprego, identificou diversos projectos industriais estratégicos em que a normalização, com a colaboração dos três principais organismos europeus, CEN, CENELEC e ETSI, pode dar um contributo importante.

Desempenha um papel relevante no projecto espacial Galileo, desenvolvendo o mercado e assegurando a compatibilidade do equipamento que receberá e traduzirá os sinais enviados dos diversos satélites de navegação. Ou, mais perto do solo, melhorando a qualidade, a coerência e a interoperabilidade dos equipamentos utilizados na gestão do controlo do tráfego aéreo, como

elemento do programa Céu Único da União.

Na defesa, por exemplo, o CEN elaborou um *Manual Europeu para os Contratos Públicos no Sector da Defesa*. A Comissão está a analisar, com a Agência de Defesa Europeia, recentemente criada, como o seu conteúdo pode ser posto em prática. Do mesmo modo, a importância da luta contra o crime exigirá normas comuns para os equipamentos de protecção, para a protecção de infra-estruturas e para a descontaminação.

O êxito do avanço para uma economia do hidrogénio e de células

de combustível dependerá muito de um acordo sobre as normas técnicas que sustentarão a nova e necessária extensa infra-estrutura de produção e distribuição.

A experiência da Nova Abordagem já mostrou como as normas podem implementar o princípio de legislar melhor e desenvolver o mercado único. Desde 1999 foram adoptados mais de 20 actos que remetem para normas em novos domínios legislativos.

No quadro do seu programa de simplificação legislativa, a Comissão está agora a identificar políticas que possam igualmente beneficiar da Nova Abordagem. Os transportes, a energia, as tecnologias da informação e comunicação e o ambiente são os principais candidatos.

Apoiar a iniciativa legislar melhor

Esta iniciativa confirma que as normas apoiam a legislação europeia, como aconteceu frequentemente no passado, mas podem também tornar dispensável a legislação, fornecendo uma alternativa.

Os serviços são um desses casos. As normas voluntárias estão muito atrasadas atendendo à importância e potencial económico do sector. Assim, a Comissão solicita ao CEN para identificar, com os interessados, as áreas prioritárias para a normalização europeia e iniciar o processo de adopção das mesmas. A sua implementação no turismo, por exemplo, podia ajudar a eliminar as barreiras que podem resultar das cerca de 40 normas nacionais que actualmente existem.

O trabalho que as organizações de normalização estão a realizar sobre o conceito de «acessibilidade para todos» mostra como se podem encontrar soluções não legislativas que têm em conta as necessidades das pessoas, sejam jovens, idosos ou deficientes. O CEN criou uma

norma sobre regras de segurança e acessibilidade para elevadores, e o ETSI está a trabalhar na acessibilidade aos telefones móveis e à Internet para crianças até 12 anos.

As normas apoiam a legislação europeia, mas podem também tornar dispensável a legislação

A Comissão pretende que a longo prazo a sua parceria com as organizações de normalização europeias se centre mais nas prioridades da agenda de Lisboa renovada. Solicitou-lhes que desenvolvam uma estratégia de normalização entre organismos europeus e nacionais para funcionar em paralelo com os esforços realizados nesta área entre a Comissão e os Estados-Membros, e para garantir que as normas podem ser concluídas num calendário realista.

Este processo deve envolver mais intervenientes. Embora a nível europeu estejam cada vez mais presentes diferentes actores económicos, o quadro é claramente fragmentado a nível nacional. Um estudo recente financiado pela Comissão revelou que a representação dos consumidores nos organismos de normalização nacionais varia enormemente. Ao mesmo tempo, é necessário um maior esforço para assegurar que todos os interessados, especialmente as PME, têm consciência dos benefícios das normas.

A própria Comissão considerou a maior cooperação entre organismos de normalização internacionais, europeus e nacionais como um dos principais aspectos do novo plano de acção de quatro anos que divulgou precisamente no Dia Mundial das Normas, em 14 de Outubro. Isto facilitará a convergência entre dife-

rentes parceiros comerciais, ajudará a evitar a duplicação de trabalho ou a existência de normas contraditórias e assegurará a aplicação dos mesmos princípios ao processo de normalização.

Para promover esta cooperação, a Comissão vai criar um novo cargo de «conselheiro de normalização» nas delegações espalhadas por todo o mundo que se revelem estrategicamente importantes. O primeiro conselheiro será instalado em Pequim.

A utilização de normas está a tornar-se um instrumento eficaz e eficiente de apoio à legislação e às políticas na Europa e sem dúvida que o mesmo acontecerá internacionalmente. ≡

MICHEL AYRAL

@ CONTACTO: ENTR-STANDARDISATION@CEC.EU.INT



europa.eu.int/comm/enterprise/standards_policy/index_en.htm

Acabar com os ensaios em animais

A utilização de animais em ensaios laboratoriais é uma questão delicada. Alguns consideram que se inflige um sofrimento desnecessário, enquanto outros salientam que é muito menos nocivo do que fazer as experiências em seres humanos. A Comissão Europeia está empenhada em reduzir o mais possível o recurso a animais, incentivando as universidades e os fabricantes a desenvolverem outros métodos de ensaio. A indústria dos cosméticos, que chegou a acordo sobre a proibição dos ensaios em animais, ilustra as alternativas disponíveis e que podem ser aplicadas noutros sectores, nomeadamente dos produtos químicos e dos medicamentos.



© Eduard Aronson

Desde Setembro de 2004 que é ilegal na União Europeia ensaiar produtos cosméticos acabados em animais. Simultaneamente, está a ser introduzida gradualmente a proibição de ensaios de ingredientes ou de combinações de ingredientes em produtos tão variados como cremes, maquilhagem, pastas de dentes e sabonetes.

A partir de Março de 2009, os fabricantes de cosméticos não poderão mais utilizar animais para ensaiar qualquer aspecto dos seus processos de produção, mesmo que não existam métodos alternativos.

O prazo é o mesmo para a proibição na União de comercializar quaisquer produtos cujos ingredientes tenham sido ensaiados em animais. A única excepção serão alguns testes de toxicidade. E mesmo esta terá de terminar quatro anos mais tarde.

Confrontada com estes requisitos legislativos e a exigência crescente do público para acabar com os ensaios em animais, a indústria já começou a reagir. Entre 1998 e 2003, o número de animais, principalmente ratos, coelhos, peixes, hamsters e porcos-da-Índia, utilizados directamente em ensaios de produtos cosméticos na UE baixou

de 4 200 para 1 600, de acordo com dados apresentados pelos Estados-Membros.

Desenvolver métodos alternativos

Métodos alternativos já permitem avaliar o impacto dos cosméticos na corrosão da pele, absorção cutânea e fototoxicidade grave. Embora seja a indústria a assumir o desenvolvimento da tecnologia necessária, a Comissão está a procurar dar um maior ritmo a esta tendência, incentivando a investigação e a colaboração entre os principais intervenientes.

O programa de investigação plurianual da União apoia o desenvolvimento de novos ensaios in vitro. Está a financiar projectos num montante de 39 milhões de euros. A DG das Empresas e Indústria também está a colaborar com o sector para ajudar a desenvolver estratégias de ensaios inteligentes que envolvem a utilização de modelos computacionais. O aperfeiçoamento destes ensaios leva tempo e exige investimentos, mas a sua utilização será essencial logo que a proibição de animais entre plenamente em vigor.

Existem ainda várias iniciativas privadas, como a Plataforma Europeia de Consenso a favor de Alternativas (ECOPA). Fundada em 2002, reúne dez países da UE que trocam informações científicas e promovem o desenvolvimento de ensaios alternativos. A Associação Europeia de Produtos Cosméticos, de Banho e Perfumaria (COLIPA) ocupa-se desta questão desde 1992, altura em que criou um comité director especial para coordenar os esforços da indústria.

Contactos internacionais

A Comissão actua não só na União, mas também a nível internacional, ajudando a coordenar os esforços de investigação e de validação. Ocorre numa base multilateral no quadro da OCDE, que em 2004 adoptou o primeiro conjunto de métodos alternativos para substituir os ensaios em animais.

Produtos químicos

Uma das críticas ao projecto legislativo REACH, que reformula o enquadramento regulamentar da indústria química, é que as normas mais rigorosas que exige em matéria de segurança se traduzem num aumento de ensaios em animais. Tal pode acontecer para garantir a maior protecção possível das pessoas, mas a proposta reduz ao mínimo os ensaios desnecessários.

Uma empresa pode apresentar uma justificação para não realizar ensaios em animais e reduzir os seus custos se estiver preenchida uma de três condições: já existe a informação, existem métodos alternativos ou a exposição ao produto químico será baixa. Estão a ser elaboradas Orientações sobre como interpretar os níveis de baixa exposição, a fim de assegurar uma aplicação coerente do conceito.

Para ajudar o sistema a funcionar eficazmente, as empresas partilharão os dados brutos, mas não informações exclusivas, sobre quaisquer riscos resultantes de uma substância.

As ligações bilaterais com os EUA estão a revelar-se eficazes neste domínio. Em Junho de 2004, a Comissão Europeia e a Food and Drug Administration dos EUA acordaram num roteiro para aprofundar a cooperação. Existem igualmente contactos estreitos entre o Centro Europeu de Validação de Métodos Alternativos e o seu homólogo americano. Isto implica o intercâmbio rápido de informações sobre a validação de métodos de ensaio, para permitir que os métodos desenvolvidos num dos lados possam ser aceites no outro.

Tendo em conta os inúmeros agentes envolvidos na investigação de ensaios alternativos – indústria,

universidades, autoridades nacionais e organizações de bem-estar dos animais – a maior oportunidade reside na cooperação e na definição de prioridades claras. No início de Novembro realiza-se uma importante conferência em Bruxelas, A Europa fomenta Alternativas, que examinará os progressos feitos pela ciência e pelas diversas indústrias, como os cosméticos, produtos químicos e medicamentos. Será solicitado aos participantes que identifiquem os seus desafios e para ponderarem a forma mais eficaz de lhes dar resposta.

SIEGFRIED BREIER

@ CONTACTO: ENTR-COSM-MED-DEV@CEC.EU.INT

INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS NA EUROPA	
Produção	Mais de €35 mil milhões (líder mundial da produção em valor – um terço mais do que nos EUA)
Emprego directo	150 000
Emprego indirecto	350 000
Produtos de cosmética vendidos por ano na Europa	Mais de €5 mil milhões
Valor dos produtos cosméticos exportados da UE	Mais de €7 mil milhões

 pharmacos.eudra.org/F3/cosmetic/cosm_intro_NEW.htm



Ajudar a Europa a manter-se à frente da corrida

Convencida de que o futuro do crescimento e do emprego na Europa passa em grande parte pela solidez da sua investigação e inovação, a Comissão Europeia vai criar uma abordagem comum para acelerar os progressos no sentido de uma maior produtividade, valor acrescentado e competitividade.

É na inovação que a Europa está mais atrasada em relação aos seus principais concorrentes. O Painel Europeu de Inovação para 2004 indica que não se reduziu a diferença entre a UE e os EUA desde o início da década. A América está à frente da Europa em nove dos 11 indicadores usados para comparar o desempenho da inovação entre ambas. Uma análise comparativa exacta da inovação é difícil, mas são urgentes medidas para inverter esta tendência.

Como é que se pode produzir mais deste elixir? E qual o papel das políticas públicas para tornar a Europa o mais inovadora possível? Afinal de contas, são as empresas que inovam e não os responsáveis políticos. Mas políticas adequadas podem criar condições para incentivar a inovação e a investigação, para que todas as empresas, grandes ou pequenas, aproveitem ao máximo os seus talentos e conhecimentos empresariais.

A recente comunicação da Comissão, Mais Investigação e Inovação – Investir no Crescimento e no Emprego: Uma Abordagem

Comum, dá uma resposta política integrada que abrange o conjunto de questões que afectam a génese de novos conhecimentos e ideias, a sua utilização e exploração comercial.

Uma boa política permite que as empresas encontrem as tecnologias, os conhecimentos e o financiamento de que necessitam. Incentiva os esforços empresariais para identificar e desenvolver novas oportunidades de mercado. Deve fomentar ligações entre a ciência e a indústria e facilitar a transferência de tecnologias. É também necessário dar mais ênfase à inovação não tecnológica, como o design, a gestão dos processos empresariais e o marketing.

A maior parte das principais competências relacionadas com a política de inovação são dos Estados-Membros, muitas vezes a nível regional ou local. A Comissão procura complementar e apoiar os seus esforços, oferecendo uma melhor compreensão dos motores da inovação, incentivando a aprendizagem de políticas, facilitando a criação de redes e a transferência de

tecnologias, aumentando a coordenação e a cooperação das políticas nacionais e desencadeando investimentos públicos e privados.

Já existem muitos instrumentos, entre os quais o Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, os Fundos Estruturais Europeus, medidas para facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME, os Centros de Ligação da Inovação e a rede de Regiões Inovadoras da Europa. No entanto, a Comissão está a entrar em comunidades de inovação para aprender como afinar a política para garantir que a estratégia é o mais eficaz possível.

Favorecer a inovação

A inovação e a investigação precisam sobretudo de um quadro regulamentar previsível e favorável, que facilite a chegada de novas ideias ao mercado. A regulamentação tanto pode fomentar como prejudicar a inovação, consoante os custos de conformidade ou a redução dos riscos comerciais e a insegurança jurídica. A avaliação do impacto da nova legislação na inovação faz

parte integrante do teste de competitividade que a Comissão aplica a todas as propostas.

O ambiente empresarial depende igualmente da qualidade e da eficácia da aplicação da regulamentação. É preciso que a regulamentação comunitária seja integrada na legislação nacional sem acrescentar mais burocracia, conduzindo antes a práticas administrativas favoráveis à inovação. Existem ainda grandes diferenças entre Estados-Membros nestas matérias. Daí que a Comissão esteja a incentivar a aprendizagem mútua relativamente à transposição e aplicação da legislação da UE de forma a promover, e não asfixiar, a inovação, designadamente no domínio dos contratos públicos.

É ainda possível recorrer a auxílios estatais para facilitar a inovação nas empresas. O objectivo de reduzir gradualmente os auxílios estatais na Europa acompanha a sua viragem para actividades que possam ter o maior impacto sustentável na competitividade, no emprego e no crescimento. A Comissão está a fazer consultas sobre possíveis alterações às regras das ajudas de Estado na UE para permitir que os poderes públicos financiem mais facilmente actividades de inovação.

Derrubar barreiras

Outro factor crítico é o enquadramento da propriedade intelectual. A inovação na Europa precisa de um sistema de protecção de patentes económico e eficaz e facilmente acessível às PME. O projecto de patente comunitária, comparado com os sistemas homólogos nacionais e europeus, tem grande potencial para reduzir as despesas gerais de registo e os processos contenciosos e facilitar a protecção dos DPI.

É igualmente necessário dar maior ênfase à identificação e supressão das barreiras sectoriais específicas à inovação, como as relacionadas

SUCESSOS DA REDE DE CENTROS DE LIGAÇÃO DA INOVAÇÃO



Na ilha maltesa de Gozo, no Verão de 2002, uma empresa de desenho e fabrico de vitrais com um único trabalhador estava a ser vítima do seu próprio sucesso: tinha de recusar encomendas. Para acompanhar o ritmo da procura, o proprietário da empresa teve a ideia de desenvolver uma máquina de corte de vidro accionada por computador. A sua ideia original foi apoiada e transformada graças ao envolvimento da rede de IRC em Malta, na Escócia e no Norte de Inglaterra. Em Novembro de 2003, a empresa assinou um acordo comercial com uma empresa do Reino Unido, acordo esse que prevê igualmente o aperfeiçoamento do programa informático que gere a máquina de corte.

Num novo documentário sobre a rede de IRC que liga as empresas inovadoras em toda a Europa pode ver exemplos de casos de sucesso.

Veja todo o documentário em:
europa.eu.int/comm/enterprise/innovation/networks.htm

com a regulamentação de produtos e limitações de interoperabilidade, a falta de competências e o financiamento. As áreas rurais com elevada percentagem de micro e pequenas empresas para as quais é essencial o acesso à inovação e às TIC merecem grande atenção.

A iniciativa da Comissão «i2010» tem por objectivo promover as TIC e outras tecnologias que facilitam a inovação. E existem oportunidades para potenciar as sinergias entre iniciativas que promovem a inovação e as que asseguram objectivos ambientais. A inovação eco-eficiente tem grandes potencialidades para criar vantagens competitivas para as empresas europeias.

Só se pode conseguir um impacto coerente na inovação mobilizando

todos estes esforços. Os programas de investigação da Comissão impulsionam a inovação e a competitividade, porque ajudam a oferecer a base de conhecimento necessária para a inovação tecnológica. O apoio das Plataformas de Tecnologia Europeias ajudará a investigação europeia a centrar-se nas necessidades de inovação da indústria, enquanto as Iniciativas Conjuntas de Tecnologia Europeias (JETI) têm a possibilidade de ir ainda mais longe, proporcionando um contexto favorável para medidas de acompanhamento, a fim de facilitar a utilização comercial de novas tecnologias.

A inovação não pode desenvolver-se sem financiamento. Muitas empresas inovadoras têm dificuldades entre a demonstração da nova tecnologia e o sucesso da sua



Quem adora o sol conhece bem a história: quando se está ao sol, não se tem consciência quando a pele começa a sofrer de sobreexposição.

Os IRC de Hessen/Renânia-Palatinado e da Escócia tiveram uma intervenção fundamental num caso de transferência de tecnologia que permitiu a um inventor alemão explorar uma ideia e a uma PME escocesa aplicar uma nova estratégia. O resultado é o "Sunsure", um filtro que avisa os amantes do sol quando as queimaduras solares começam a tornar-se um perigo.

exploração comercial. Muitas vezes, o problema neste «vale da morte» é a falta de financiamento, que será tratada pelo novo instrumento financeiro para PME de elevado crescimento e inovadoras. A criação de redes entre empresas inovadoras e instituições financeiras ajudará a encaixar a assistência oferecida com as necessidades das empresas.

As empresas europeias de menor dimensão têm de beneficiar ao máximo do apoio existente para a inovação. O inquérito Innobarometer 2004 indica que 31% das empresas inovadoras europeias utilizam pelo menos um tipo de apoio público/governamental para as suas actividades de inovação. Contudo, dos 4 500 gestores de PME inquiridos o ano passado, apenas 12% utilizam as medidas de apoio à inovação a que têm acesso. Aumentar o grau de recurso a estes instrumentos vai exigir esforços concertados a

todos os níveis: da UE, nacionais e regionais.

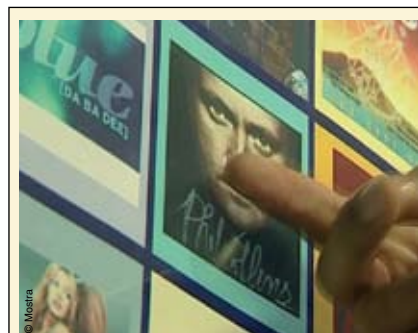
Os agrupamentos são essenciais

Para além das condições-quadro globais e da capacidade de cada empresa para inovar, um factor determinante do desempenho da inovação é a existência de agrupamentos e de redes de empresas.

Os agrupamentos são essenciais para dar força a uma região. Embora a Europa tenha muitos agrupamentos industriais dinâmicos, são normalmente mais pequenos e menos integrados do que nos EUA. Nesse sentido, a inovação padece dos mesmos problemas de fragmentação que o mercado interno. Há muitos agentes que contribuem para o êxito dos agrupamentos. Para além das empresas, é de salientar a contribuição dos centros de formação e de investigação, as instituições financeiras, os consultores em inovação e propriedade intelectual, as agências de desenvolvimento e muitas outras organizações de apoio a empresas. No entanto, a complexidade crescente dos produtos e processos e a necessidade de integrar serviços como a manutenção, a logística e o marketing suscitam problemas, mesmo nos agrupamentos mais bem sucedidos.

Para atingir a excelência, os pólos e agrupamentos de inovação europeus precisam de obter massa crítica, beneficiar da exposição ao potencial criativo das empresas de outros agrupamentos e países, complementar as suas capacidades com os pontos fortes de outros e atrair investimento directo estrangeiro. A Comissão dá apoio, identificando e suprimindo os obstáculos, e incentivando a criação de redes e o desenvolvimento de agrupamentos regionais orientados pela investigação.

Não é possível construir pólos e agrupamentos de inovação a partir do zero. Dependem de uma base industrial sólida e de excelentes relações entre ciência e indústria. E, na medida em que se deparam com diferentes obstáculos à inovação, exigem diferentes estratégias para libertar o seu potencial. Seguindo cada vez mais uma abordagem sectorial, as políticas podem ter melhor em conta as necessidades específicas das empresas. A criação de laços institucionais mais fortes entre as universidades e as empresas também ajuda a capitalizar os resultados da investigação financiada pelos poderes públicos, através de uma melhor exploração dos direitos de propriedade intelectual.



Uma Empresa de Vibrações Inteligentes de Paris desenvolveu um sistema de sensores que, quando colocados nos quatro cantos de uma montra, pode determinar o local exacto em que a mesma foi tocada.

Graças à rede de IRC, este projecto ganhou relevância associado a uma tecnologia comercializada pela China Displays, no Reino Unido, que levou ao desenvolvimento de novos produtos, como montras interactivas de lojas. As imagens são projectadas no ecrã fixado à montra. Só é preciso tocar numa zona da montra para lançar uma aplicação.

O apoio mais directo às empresas inovadoras vem das regiões e dos poderes locais. Até ao momento beneficiaram do apoio da Comissão para o desenvolvimento de estratégias regionais inovadoras 177 regiões. Seguem uma metodologia comprovada, baseada na avaliação dos pontos fortes, na mobilização dos interessados e na aprendizagem com a experiência de outros Estados-Membros. As estratégias regionais de inovação também pretendem ajudar a garantir o apoio dos Fundos Estruturais, bem como maximizar a sua utilização. Uma estratégia bem sucedida deve continuar a desenvolver-se, a avaliar sucessos e insucessos e a renovar-se para enfrentar os desafios da mudança.

Trabalhar em conjunto

A política de inovação tem de apoiar os Estados-Membros e as suas regiões a fomentar a inovação e a reforçar o potencial inovador das PME, devendo ser acompanhada das análises estatísticas e económicas que permitam resolver os desafios políticos e identificar as respostas mais adequadas.

Já foram dados passos para melhorar o Painel Europeu de Inovação, que continua a ser o principal instrumento para avaliar o desempenho da inovação na Europa. O sistema ERA-Watch, para analisar as políticas de investigação e os desempenhos, tornou-se operacional este ano.

A aprendizagem mútua e o desenvolvimento conjunto de novos instrumentos de política, em especial para a cooperação transnacional, são elementos fundamentais da política de inovação comunitária, estando a Comissão a desenvolver a aprendizagem mútua de políticas relativas a acções coordenadas ou conjuntas. O objectivo é potenciar boas práticas, identificadas pela avaliação e aferição comparativa, em programas de inovação regionais ou nacionais, e explorar a possibilidade

INICIATIVAS INOVADORAS

A Iniciativa Europeia Innova, que arranca no final de 2005, é uma família de projectos de inovação que alia a análise à experiência prática numa base sectorial. Juntamente com um «Observatório de inovação sectorial», que avalia o desempenho da inovação em diferentes sectores industriais e identifica os motores e os desafios da inovação, os Painéis de Inovação – integrados por peritos de alto nível de sectores industriais relevantes, académicos e responsáveis políticos – irão validar as conclusões do projecto e extrair recomendações políticas. Estão previstas duas redes organizadas por sector: agrupamentos industriais, para identificar e trocar boas práticas, e agentes de financiamento da inovação, para identificar necessidades de financiamento específicas das empresas.

A cooperação transnacional entre agências e programas de inovação será fomentada e facilitada pela nova iniciativa Pro Inno. Numa Plataforma de Aprendizagem Inno serão feitas análises pelos pares e estudos de avaliação do impacto para ajudar a identificar e a avaliar boas práticas de apoio à inovação. As Inno-Nets reúnem gestores de programas de inovação regionais/nacionais, e as Inno-Actions apoiam iniciativas específicas transnacionais e parcerias público-privado.

de sinergias entre diferentes iniciativas, seja a nível regional, nacional ou europeu.

As políticas de investigação e inovação são domínios essenciais da estratégia de Lisboa revista e foram identificadas como um desafio central a abordar por muitos Estados-Membros nos respectivos programas nacionais de reformas. A Comissão analisará os objectivos de investimento e a evolução da política contida nos mesmos e, em cooperação com os Estados-Membros, ajudará a identificar os pontos fortes e fracos e medidas de política adequadas para melhorar as condições da investigação e da inovação.

Trabalhando assim em conjunto, a política de inovação comunitária tem capacidade para obter vanta-

gens que ultrapassam o seu impacto directo. A UE tem recursos enormes, mas tem de os mobilizar de forma eficaz para conseguir retirar o máximo proveito do seu talento e conhecimentos empresariais. Se quer manter-se à frente da corrida, a Europa tem de apostar no desenvolvimento do seu espírito inovador.

KATJA REPPLE

@ CONTACTO:
ENTR-INNOVATION-POLICY-DEVELOPMENT@CEC.EU.INT



europa.eu.int/comm/enterprise/innovation/index_en.htm



RSE: Competitivas, pequenas e responsáveis

A Responsabilidade Social das Empresas não é apenas para as grandes empresas. A campanha da Comissão a nível europeu, que ao longo de um ano consciencializou as PME para a ser, trouxe ao de cima muitos casos de pequenas empresas que estão a adoptar práticas responsáveis no interesse dos seus clientes e no seu próprio interesse.

Uma conhecida multinacional do sector das bebidas procura um laboratório para fotografias publicitárias. Ouve falar de uma empresa local com fortes referências em matéria de RSE e que utiliza técnicas inovadoras e ecológicas de revelação de fotografias. A empresa celebra um contrato com a sua vizinha multinacional com base na capacidade de fornecer produtos de boa qualidade, a preços competitivos e de modo socialmente responsável e ambientalmente sustentável.

Na verdade, esta história não acabou assim. A multinacional mostrou interesse em trabalhar com a pequena empresa sua vizinha, mas a agência de publicidade que a aconselhava recomendou-lhe um fornecedor diferente. No entanto, a história foi usada na conferência de encerramento da campanha para demonstrar como a RSE pode ser uma fonte de oportunidades de negócios e de que existem ainda barreiras à exploração dessas oportunidades.

Quanto mais atenção os consumidores e os clientes empresariais derem ao impacto social e ambiental

das suas compras, assim o mercado recompensará cada vez mais as empresas que integram a RSE no seu modelo empresarial. É evidente que há outros factores em jogo e o mercado nem sempre, ou de forma uniforme, recompensa a RSE. No entanto, quem é que não aposta que daqui a cinco anos a agência de publicidade poderá fazer uma recomendação diferente?

A campanha confirmou muitas das ideias preexistentes acerca da RSE e das PME. Talvez mais



A Comissão define Responsabilidade Social das Empresas como «um conceito em que as empresas integram, numa base voluntária, as preocupações sociais e ambientais nas suas operações comerciais e na interacção com as diferentes partes interessadas».

ESTUDOS DE CASOS

Durante a campanha, cerca de 175 PME revelaram as suas práticas de RSE. Exemplos:

- Uma empresa irlandesa de TI recolhe os computadores antigos dos seus clientes, reparos e oferece-os a organizações não-lucrativas. Os clientes ficam contentes por o equipamento ser retirado gratuitamente dos seus escritórios, enquanto o trabalho de reparação e actualização proporciona uma excelente oportunidade de formação ao pessoal da empresa e a outros jovens.
- Um fabricante esloveno de camas e colchões está empenhado em assegurar a satisfação e bem-estar dos seus empregados. É dada grande ênfase à educação e ao desenvolvimento da carreira, especialmente para o pessoal feminino. A empresa refere que a «satisfação, motivação, lealdade e produtividade dos empregados são factores essenciais para o nosso sucesso e vantagem competitiva».
- Uma empresa alemã de limpezas industriais desenvolveu uma série de técnicas «amigas» do ambiente, o que melhorou a sua situação perante o seu banco, que apreciou esta evolução. Uma extensa cobertura positiva da empresa pela imprensa local assegurou-lhe igualmente uma enorme publicidade gratuita.

importante, confirmou que muitas PME já fazem coisas que devíamos rotular de RSE, mesmo que muitas vezes não utilizem, nem mesmo conheçam, o termo. A sua dimensão dá-lhes muitas vezes vantagem em relação às grandes empresas. A proximidade da comunidade local e relações mais pessoais com os empregados fazem com que alguns aspectos da RSE surjam mais naturalmente nas pequenas empresas do que nas grandes multinacionais.

Para as PME que praticam a RSE «implicitamente», uma parte do desafio consiste em fazer com que as pessoas tomem consciência de que este conceito pode ser vantajoso. Quanto mais uma empresa gerir a RSE de forma conscienciosa e estratégica, mais provável é a obtenção de benefícios e vantagens.

Embora a maior parte das PME pratique a RSE de forma implícita, algumas já adoptaram activamente o conceito. Diz-se que a grande maioria das inovações empresariais tem origem nas PME, e com a RSE não é diferente. Se o conceito tem a ver com a construção de um modelo empresarial bem sucedido por tratar de forma positiva as

questões sociais e ambientais, então algumas PME são líderes mundiais neste domínio.

A campanha revelou, porém, a dificuldade de convencer as pequenas empresas da importância da RSE. A maior barreira é possivelmente a percepção de que a RSE exige mais recursos financeiros e tempo. Mas a própria expressão «responsabilidade social das empresas» também tem uma quota-parte no problema. Não foi inventada por alguém que estivesse a pensar nas PME. Em muitas línguas a sua tradução é difícil, quando existe. Claramente, não é o tipo de expressão simples e de utilização fácil, apelativa para o gestor activo de uma PME, e muitas vezes só quando é fraccionada nas suas partes componentes e ilustrada com exemplos práticos é que começa a fazer sentido.

A Comissão, em colaboração com as Eurochambres e a UEAPME (Associação Europeia de Empresas Artesanais e de Pequena e Média Dimensão), concebeu a campanha para aproximar o conceito de RSE das PME, salientando a oportunidade que estas práticas proporcionam de melhorar a sua competitividade a médio e longo prazo.

O final da campanha não foi o fim do apoio da Comissão à RSE junto das PME. A DG das Empresas e da Indústria está a avaliar propostas de projectos e vai criar um grupo de peritos nacionais para identificar e trocar boas práticas sobre a melhor forma de incentivar as PME a envolverem-se na RSE. A campanha confirmou que o processo corresponde aos principais objectivos da Comissão: à medida que as PME se envolvem mais na RSE, conseguem potenciar práticas responsáveis para um crescimento e emprego mais elevados, para além de contribuírem para o desenvolvimento sustentável. ≡

THOMAS DODD

@ CONTACTO: ENTR-CSR@CEC.EU.INT



europa.eu.int/comm/enterprise/csr/campaign/index.htm



© Jean-Michel Delattre

Promover a harmonia regulamentar

A cooperação regulamentar entre a União Europeia e os Estados Unidos da América vai tornar-se mais abrangente e intensa, na sequência das decisões de Junho relativas a um Roteiro de actividades e à criação de um novo fórum de alto nível. Estas duas iniciativas vão ajudar as empresas que procuram negociar em ambos os mercados, e podem fornecer um modelo para o relacionamento da UE com outros parceiros comerciais e investidores importantes.

As relações bilaterais mais vastas do mundo em termos comerciais e de investimento são entre a UE e os EUA. O investimento mútuo anda à volta de 1,4 biliões de euros e o comércio de produtos e serviços representa cerca de 600 mil milhões de euros.

No entanto, as barreiras regulamentares podem provocar obstáculos inesperados, que impedem o pleno desenvolvimento dessas relações. Consciente das dificuldades que estes obstáculos podem causar ao comércio, dirigentes europeus e americanos estão a dar prioridade ao estreitamento da cooperação entre as entidades reguladoras dos dois lados do Atlântico.

Na mais recente cimeira anual, realizada em Junho em Washington,

a UE e os EUA concordaram em colaborar para promover a cooperação regulamentar, a fim de «expandir as oportunidades económicas, promover a prosperidade e manter a saúde e segurança das nossas populações». Instrumentos concretos para atingir estes objetivos são a criação de um Fórum de Cooperação Regulamentar e a execução de um Roteiro que estabelece domínios específicos a que os responsáveis políticos devem dar atenção.

Estas duas iniciativas, em conjunto, permitem promover eficazmente uma melhor regulamentação e evitar diferenças desnecessárias, ajudando a promover o comércio e o investimento transatlânticos e a aumentar a confiança dos consumi-

dores neste enorme mercado. Estão a ser elaborados programas de trabalho pormenorizados para pôr em prática as decisões da cimeira.

Um novo ímpeto

O Fórum, com as suas atribuições transversais, dará maior amplitude à cooperação existente. Estabelece pela primeira vez um mecanismo que reúne altos funcionários americanos e da União Europeia para trocar pontos de vista sobre «como cooperamos» nas questões regulamentares. Mais importante ainda, não cria apenas um processo, impulsiona progressos em questões substanciais.

A chave do sucesso reside na boa colaboração, antes de qualquer

dos lados adoptar medidas regulamentares. O Fórum constituirá o centro para os dois parceiros trocarem informações e debaterem os respectivos programas anuais de trabalho nesta matéria. Esta análise ajudará a identificar novas áreas de cooperação futura e facilitará o anúncio atempado de abordagens regulamentares divergentes. Uma análise cuidadosa do impacto que as medidas previstas poderão ter nas empresas de ambos os lados pode levar a um esforço no sentido de se conseguirem soluções compatíveis.

O diálogo directo regulador-a-regulador continua a ser a pedra angular da cooperação, que o Fórum facilitará, respeitando ao mesmo tempo a autonomia regulamentar de cada Parte. A aprovação nas cimeiras anuais bilaterais das prioridades em matéria de cooperação para o ano seguinte dará visibilidade e apoio político a estes esforços.

Prevê-se um ciclo anual de eventos, com reuniões e conferências sobre questões regulamentares de interesse específico para as relações transatlânticas, que dará um contributo importante para o Fórum. Os temas podem ser transversais, com interesse para os reguladores a todos os níveis, como a identificação das melhores práticas de cooperação com base na experiência ou temas mais específicos de interesse para determinados reguladores e intervenientes. Este intercâmbio pode ser ainda potenciado por ligações para eventos de outros organizadores, e o Fórum poderá igualmente alargar a sua perspectiva convidando representantes de outros organismos reguladores, universidades, equipas de especialistas, organizações não governamentais e actores do mundo dos negócios.

É importante garantir um equilíbrio das contribuições de quem tem interesses na economia transatlântica, em especial quando os intervenientes sublinham preocupações



Da esquerda para a direita: Jean-Claude Juncker, Primeiro-Ministro luxemburguês, George W. Bush, Presidente dos Estados Unidos da América, e José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, na cimeira de Junho.

concretas em áreas sectoriais específicas em que devem ser abordadas as divergências regulamentares ou deve ser promovida regulamentação de maior qualidade. O aumento da transparência das actividades de cooperação, por exemplo através de sítios Web específicos, incentivará reacções activas por parte dos interessados.

Actividades horizontais e sectoriais

O Roteiro para 2005 estabelece uma série de actividades práticas horizontais e sectoriais.

Na primeira categoria, a Comissão desenvolverá os seus contactos com o Serviço de Gestão e Orçamento dos EUA. Este diálogo técnico sobre «como regulamos», criado numa reunião conjunta em Setembro, abrangerá áreas como as metodologias utilizadas nas avaliações do impacto e do risco da regulamentação e as disposições existentes em matéria de transparência. O intercâmbio de peritos entre as duas administrações ajudará igualmente a melhorar a compreensão mútua das respectivas práticas regulamentares.

Espera-se que gradualmente esta compreensão se alargue a diferentes áreas políticas, assegurando que os funcionários estão conscientes do impacto da regulamentação proposta, não apenas para os seus agentes domésticos, mas também

para o seu maior parceiro comercial e de investimento. Isto exigirá um esforço suplementar na fase de elaboração das medidas, mas beneficiará, em última instância, a indústria reduzindo os obstáculos e alargando os mercados.

Os elementos sectoriais do Roteiro identificam 15 áreas, principalmente no domínio dos produtos industriais, em que reguladores com um conhecimento técnico profundo do seu tema específico entrarão em contacto directo para trocar informações e, quando possível, procurar soluções compatíveis para as exigências regulamentares dos dois lados do Atlântico.

Estes diálogos abrangem um vasto conjunto de áreas: medicamentos, segurança automóvel, normas de tecnologias da informação e comunicação, cosméticos, segurança de produtos de grande consumo, práticas comerciais desleais, rotulagem dos alimentos, segurança alimentar, equipamento marítimo, eco-design, produtos químicos, eficiência energética, telecomunicações e equipamentos médicos.

Embora o programa de trabalho anual estabelecido no Roteiro identifique os objectivos e os passos a seguir, a lista de actividades não é exhaustiva. Neste espírito de colaboração renovado, ambos os lados procuram activamente fazer com que novos projectos sejam abrangidos pelo Roteiro, porque identificam outras áreas de interesse mútuo para a cooperação regulamentar.

ANTTI KARHUNEN

@ CONTACTO: ENTR-EXTERNAL-ASPECTS@CEC.EU.INT



europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/gov_relations/internatl_regul_coop_eu_us/index.htm

The image shows the cover of a publication titled 'Single Market News'. The title is in large, blue, 3D-style letters. Below the title is a globe graphic composed of a grid of blue lines, with various images of people and business scenes inside the grid cells. To the left of the globe is a list of topics. At the bottom, there is a registration call to action and a website URL.

Single Market News

Single Market News for the latest on:

- Company law
- Financial reporting
- Corporate governance
- E-commerce
- Intellectual and industrial property
- Free movement of services
- Free movement of capital
- Financial services action plan
- Professional qualifications
- Postal services
- Public procurement

Keep up to date on the development of the EU's single market. Have Single Market News delivered to your door.

Register for a free subscription at www.smn.cec.eu.int

